



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE PREVIDÊNCIA**

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: [secex-previdencia@tce.mt.gov.br](mailto:secex-previdencia@tce.mt.gov.br)

PROCESSO:	265845-2020
PRINCIPAL:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SINOP
GESTOR:	CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	LUCINEIA JONAT LOURENCO
RELATOR:	JOÃO BATISTA CAMARGO
EQUIPE TÉCNICA:	RENATO MARCAL DE MENDONCA
NÚMERO DA O.S.	12052/2020

APLIC/ControlP



## **SUMÁRIO**

<b>1. Introdução</b>	<b>2</b>
<b>2. Análise Técnica</b>	<b>2</b>
<b>3. Conclusão</b>	<b>3</b>
<b>APÊNDICE - A - Apêndice</b>	<b>4</b>



## 1. Introdução

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como nos artigos 29, inciso XXV, e 197 da Resolução Normativa nº 14, de 2 de outubro de 2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apresenta-se o Relatório Técnico Simplificado visando apreciar de forma célere e dinâmica as concessões de benefícios previdenciários, por meio da validação dos dados estruturados enviados ao Sistema Aplic.

## 2. Análise Técnica

A análise técnica do cumprimento dos requisitos constitucionais da aposentadoria e da legalidade da planilha se encontram discriminadas no apêndice.

### 1) Irregularidades:

Não consta dos autos a Decisão Judicial que respalda a incorporação do percentual de 34% a título de Gratificação por Antiguidade e Merecimento, utilizado na composição da planilha de cálculo do Benefício.

Considerando-se a Certidão de Tempo de Contribuição, cumpre informar que os períodos de contribuição descontínuos entre 12/06/1997 a 09/07/1997 e de 29/09/1997 a 11/06/1998, recolhidos ao PREVI-SINOP, poderiam ser reconhecidos sem a CTC, pelo próprio RPPS, conforme disciplina o item 25 da Nota Informativa SEI 1/2019/CONOR/CGNAL/SRPPS/SPREV-ME1, por serem anteriores a edição da MP 871/2019 (18/01/2019), convertida na Lei 13.846, de 18/06/2019.

Contudo, a legislação da época deve permitir tal vinculação de servidores não efetivos ao PREVI-SINOP e deve-se comprovar a existência do vínculo funcional. LB15.

### Dispositivo Normativo:

Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários.

1.1) *Enviar a Decisão Judicial que respalda a incorporação do percentual de 34% a título de Gratificação por Antiguidade e Merecimento, utilizado na composição da planilha de cálculo do Benefício e retificar a fundamentação legal da portaria de concessão do benefício para que conste a referida Decisão Judicial. - LB15*

1.2) *Encaminhar a legislação da época que permitia a vinculação de servidores não efetivos ao PREVI-SINOP; - LB15*

1.3) *Apresentar as publicações oficiais dos atos administrativos que declararam o início e o término dos vínculos nos períodos de contribuição descontínuos entre 12/06/1997 a 09/07/1997 e de 29/09/1997 a 11/06/1998. Na inexistência dos referidos documentos, apresentar os contratos, termos de posse, carteira de trabalho, fichas*



*funcionais, holerites, etc. - LB15*

### 3. Conclusão

Por fim, com fulcro do artigo 139 da Resolução 14/2007, em obediência a garantia do contraditório e ampla defesa, consagrada pelo artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República Federativa do Brasil, com base no artigo 256, §§ 1º e 2º do Regimento Interno e no artigo 2º da Lei Complementar 269/2007, para apresentar esclarecimentos e providências, sob pena de ser denegado o registro, sugere-se ao Exmo. Sr. Conselheiro Relator que realize a CITAÇÃO da Sra.:

**CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 06/06/2013 a 31/12/2020**

**1) LB15 RPPS\_GRAVE\_15.** Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) *Enviar a Decisão Judicial que respalda a incorporação do percentual de 34% a título de Gratificação por Antiguidade e Merecimento, utilizado na composição da planilha de cálculo do Benefício e retificar a fundamentação legal da portaria de concessão do benefício para que conste a referida Decisão Judicial. - Tópico - 2. Análise Técnica*

1.2) *Encaminhar a legislação da época que permitia a vinculação de servidores não efetivos ao PREVI-SINOP; - Tópico - 2. Análise Técnica*

1.3) *Apresentar as publicações oficiais dos atos administrativos que declararam o início e o término dos vínculos nos períodos de contribuição descontínuos entre 12/06/1997 a 09/07/1997 e de 29/09/1997 a 11/06/1998. Na inexistência dos referidos documentos, apresentar os contratos, termos de posse, carteira de trabalho, fichas funcionais, holerites, etc. - Tópico - 2. Análise Técnica*

Em Cuiabá-MT, 18 de Dezembro de 2020.

---

RENATO MARCAL DE MENDONÇA  
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO  
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE PREVIDÊNCIA**

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: [secex-previdencia@tce.mt.gov.br](mailto:secex-previdencia@tce.mt.gov.br)

APÊNDICE - A - Apêndice

## **APÊNDICE - A**

### **Apêndice**

Versão 6.0  
Atualização: 18/12/2020 12:00

Processo:

265845/2020

UG:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SINOP

Interessado:

LUCINEIA JONAT LOURENCO

Sexo (M/F):

F

Cargo:

PROFESSOR LICENCIAURA EM PEDAGOGIA

Forma de Ingresso:

Concurso Público

Data de ingresso no Ente (independente do tipo de vínculo):

12/06/1997

Fundamento Legal:

art. 6º da EC nº 41/03 (regra de transicao professor)

Data de Nascimento:

26/09/1965

Data da Aposentadoria:

13/10/2020

Data de referência para a verificação dos requisitos constitucionais:

13/10/2020

Data de ingresso no Serviço Público (tempo efetivo/estável):

12/06/1998

Início na Carreira:

12/06/1998

Início no Cargo:

12/06/1998

Idade :

55,08

DIAS

Tempo Anterior no Ente:

347

Tempo de Contribuição no Ente:

8.159

Contribuição Averbada:

2.079

Tempo de Contribuição Bruto:

10.585

Desconto:

0

Tempo de Contribuição (em dias):

10.585

Tempo de Serviço Público Bruto:

8.524

Desconto:

0

Tempo de Serviço Público (em dias):

8.524

Tempo na Carreira Bruto:

8.159

Desconto:

0

Tempo na Carreira Líquido:

8.159

Tempo no Cargo Bruto:

8.159

Desconto:

0

Tempo no Cargo (em dias):

8.159

Ato:

347/2020

Proventos:

R\$9.270,87

Última remuneração:

R\$9.270,87

Trata-se de proventos com incorporação?

SIM

Foi constatada a ascensão funcional ?

NÃO

REQUISITO CONSTITUCIONAL

31/12/2003

50 anos

SITUAÇÃO

Requisito Atendido

Informar, no campo ao lado, o doc.ext.e a pg. que contém o doc.da época do vínculo :

Às fls. 10, do Documento 274203/2020.

EM ANOS

25

EM DIAS

9.125

Requisito Atendido

20

7.300

Requisito Atendido

10

3.650

Requisito Atendido

5

1.825

Requisito Atendido